Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

A esperança que sobrevive ao voto

A cada ciclo eleitoral, o ritual da democracia brasileira nos devolve a uma mesma encruzilhada fundamental. Entre promessas inflamadas de palanque e a desilusão acumulada ao longo dos mandatos, o eleitor deposita na urna não apenas um voto, mas um voto de confiança na transformação do país.

Ainda resta uma esperança: a de que não tenhamos elegido, para o Congresso Nacional — Senado e Câmara dos Deputados —, novos mercenários como os que lá já se encontram.

Essa esperança, contudo, não pode ser cega nem ingênua. A história política recente do Brasil nos ensina que a simples troca de nomes nas cadeiras de Brasília poucas vezes resultou em uma verdadeira mudança de paradigma.

Historicamente, o parlamento brasileiro tem se mostrado mestre na arte da “metamorfose sem transformação” — um fenômeno em que novas figuras rapidamente assimilam os velhos hábitos do fisiologismo, do loteamento do Estado e do balcão de negócios que transformou o interesse público em moeda de troca.

Denunciar a presença de “mercenários” na política não é apenas um recurso retórico de indignação; é o diagnóstico de um vício estrutural que corrói a representatividade. O parlamentar mercenário é aquele que desvincula a sua atuação dos compromissos ideológicos, das demandas de suas bases e dos princípios constitucionais para priorizar a sobrevivência política, o acesso privilegiado a emendas orçamentárias e a barganha por cargos públicos.

Quando a governabilidade passa a ser negociada como mercadoria — seja por meio do orçamento secreto, dos fisiologismos partidários ou das negociações de bastidores —, a soberania do eleitor é traída. O mandato popular deixa de ser um instrumento de transformação social e passa a operar como um mero ativo financeiro e eleitoral.

O desafio do novo Congresso, além da renovação de nomes, passa necessariamente pela renovação de práticas. Assim, o grande dilema das casas legislativas reside na abissal diferença entre a renovação quantitativa e a renovação qualitativa.

De um lado, a mera renovação quantitativa ameaça o processo quando parlamentares de primeiro mandato, ao entrarem na complexa engrenagem de Brasília, são rapidamente engolidos pelas estruturas dos caciques partidários e pelas tentações do poder.

De outro, a urgente renovação qualitativa se impõe, posto que necessitamos de líderes genuínos, capazes de resistir ao fisiologismo, honrar as pautas que os elegeram e colocar a Constituição e o bem comum acima dos arranjos de ocasião. Se os novos congressistas apenas reproduzirem as velhas práticas dos veteranos, o processo eleitoral se reduzirá a um triste ciclo de revezamento de privilégios.

O papel do eleitor é a vigilância como dever democrático. Esta, com certeza, deve ser a ação prioritária a ser colocada em prática — algo que, cabe reconhecer, nunca exercemos plenamente até agora. Se a esperança de um Congresso ético ainda resiste, ela exige ação imediata. A democracia não se encerra no momento em que a urna confirma o voto; pelo contrário, o voto é apenas o marco inicial de um contrato social de fiscalização contínua.

Para evitar que os novos deputados e senadores se convertam nas velhas figuras que criticávamos, a sociedade civil e a cidadania ativa precisam exercer uma vigilância implacável sobre a votação de pautas de interesse nacional em detrimento de privilégios corporativistas, sobre a transparência na destinação e execução das emendas parlamentares e sobre a coerência diária entre o discurso de campanha e a postura

prática nas comissões e plenários.

O Brasil não comporta mais a política vista como balcão de lucros e barganhas pessoais. A expectativa de que tenhamos formado um Congresso mais ético, focado no futuro e no desenvolvimento do país só se justificará se a sociedade permanecer alerta, cobrando integridade e altivez de cada representante.

Que a nova legislatura surpreenda a história — não por perpetuar os velhos vícios da política tradicional, mas por ter a coragem moral de finalmente superá-los.

Marcelo Augusto Portocarrero é engenheiro civil